



**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 1472, de 2021)

Suprimam-se o inciso III do § 4º do art. 68-H da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, na forma do art. 2º, e o art. 3º da Emenda de Plenário nº 23 (Substitutivo), disponibilizada pelo Relator no dia 17 de fevereiro de 2022, ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, e dê-se a seguinte redação à Ementa e ao atual art. 1º do mesmo Substitutivo:

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para dispor sobre diretrizes de preços para os derivados do petróleo.

“**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre as diretrizes dos preços dos derivados de petróleo comercializados no mercado interno.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A Emenda de Plenário nº 23 (Substitutivo) ao Projeto de Lei nº 1472, de 2021, disponibilizada pelo Relator no dia 17 de fevereiro de 2022, estabelece alíquotas para o Imposto de Exportação incidente sobre petróleo bruto. Porém, essa fonte de receita proposta para a Conta de Estabilização de Preços de Combustíveis (“CEP – Combustíveis”) não nos parece a mais adequada por prejudicar a competitividade do Brasil.

O Imposto de Exportação incidente sobre petróleo bruto prejudicará fortemente o futuro das atividades de Exploração e Produção de petróleo e gás natural (E&P). É possível apontar, desde já, uma consequência inescapável: a diminuição da atratividade do Brasil como polo de exploração petrolífera, o que afetará negativamente todo o desenvolvimento dessa indústria.

O resultado será a redução de investimentos, produção e arrecadação de tributos, de *royalties* e de outras participações governamentais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive reduzindo as receitas que podem custear o Programa de Estabilização. Já os trabalhadores perderão emprego e renda.



A sinalização negativa para os investidores provocada pelo Imposto de Exportação extrapola o setor de Petróleo & Gás. Alterar a rentabilidade de concessões já licitadas, nas quais os investidores calibraram os lances ofertados de acordo com as condições do edital do leilão, determinadas pelo Estado Brasileiro, aumenta a percepção de risco regulatório do País e gera o temor de que expediente semelhante venha a ser utilizado em licitações já realizadas em outras áreas de infraestrutura.

Reconhecemos o aprimoramento introduzido pelo Substitutivo em relação à redação original do PL nº 1472, de 2021, no tratamento do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto, reduzindo as alíquotas inicialmente propostas. Ponderamos, contudo, que as alíquotas não são o problema, mas sim o próprio Imposto de Exportação. Como explicado acima, a criação do Imposto de Exportação traz insegurança regulatória para o ambiente de investimentos do Brasil. Esse ônus, entretanto, não é compensado por bônus algum que o justifique. Mesmo porque há vedação constitucional à vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa (art. 167, IV, CF) e, por conseguinte, não há como garantir que os recursos arrecadados com o Imposto de Exportação sejam destinados a reduzir o preço dos combustíveis.

Enfim, qual é a razão de se criar um imposto que não garante benefício para o consumidor de combustíveis, o que deveria ser o propósito deste Projeto de Lei, e ainda prejudica a indústria do petróleo, um dos poucos setores da economia brasileira que funciona a contento? A rigor, o Imposto de Exportação não pode ser justificado no âmbito deste Projeto de Lei. Por isso, propomos a sua supressão.

Com relação às fontes de recursos para a Conta de Estabilização, o Substitutivo prevê as participações governamentais relativas ao setor de petróleo e gás destinadas à União e os dividendos da Petrobras pagos à União. Estamos convictos de que os dividendos da Petrobras são suficientes para servir de lastro inicial. Conforme anunciou em seu novo plano de investimentos, a estatal pretende distribuir entre US\$ 60 bilhões e US\$ 70 bilhões em dividendos a seus acionistas nos próximos cinco anos<sup>1</sup>. Nessas condições, a União receberá entre R\$ 27 bilhões e R\$ 31 bilhões por ano. Além disso, pode-se contar com participações governamentais destinadas à União, ressalvadas vinculações estabelecidas pela legislação. Essas duas fontes de receita, já acolhidas no Substitutivo, permitem a operacionalização da CEP – Combustíveis em breve prazo.

Ressalte-se, ainda, que a fonte principal de receita da CEP – Combustíveis é a própria banda de preços, quando a cotação do petróleo

<sup>1</sup> Disponível em [Petrobras prevê até R\\$ 392 bilhões em dividendos nos próximos cinco anos - 25/11/2021 - Mercado - Folha \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/mercado/25/11/2021/ptrobras-Prevê-até-R$-392-bilhões-em-dividendos-nos-próximos-cinco-anos-25/11/2021-mercado-folha). Acesso em 15 de fevereiro de 2021.

estiver em baixa. Os recursos adicionais provenientes de dividendos e de participações governamentais prestam-se basicamente para o reforço de caixa, com o objetivo de dar liquidez à CEP – Combustíveis no início das operações e quando a cotação do petróleo mantiver tendência de alta por muito tempo.

Ante o exposto, pedimos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores a aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ SERRA

